

Unidade contra as reformas



As propostas de contrarreformas da Previdência Social e Trabalhista, em estudo no Governo Federal, atingem literalmente todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. As propostas retiram direitos constitucionais historicamente conquistados, saqueando a Previdência Pública e alterando drasticamente a Legislação Trabalhista em benefício claro dos setores mais poderosos do capital econômico.

As entidades representativas de classe de Lavras têm atuado sistematicamente no combate às pro-

postas que estão sendo anunciadas. O Fórum Municipal de Lutas conta com a participação da Associação dos Docentes da UFLA (Adufla-Seção Sindical), do Sindicato dos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino de Lavras (Sind-UFLA), do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), do Sindicato dos Metalúrgicos de Lavras, do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais (SintsPREV-

MG), dos Empregados do Comércio de Lavras e Região, Rodoviários, Sindágua, Servidores Públicos Municipais, e ainda, a Associação dos Pós-Graduando (APG-UFLA), CMIPIR, GEDIM e da Pastoral da Saúde.

As entidades têm tomado as ruas em grandes atos em defesa dos direitos dos brasileiros, pressionando os políticos, promovendo debates e mobilizando a população em torno da luta que não é apenas da classe trabalhadora, mas de todos os brasileiros.

EDITORIAL: 28 DE ABRIL É GREVE GERAL (Página 2)

COMO FICOU A REFORMA DA PREVIDÊNCIA APÓS APRESENTAÇÃO DO TEXTO FINAL (Página 4)

CICLO DE PALESTRAS SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA (Página 5)

ADUFLA 50 ANOS - ENTREVISTA COM PROFº JOÃO MÁRCIO DECARVALHO RIOS (Página 6)

Editorial: 28 de Abril é Greve Geral !

Na semana que se inicia em 24 de abril, em meio à grave crise que se alastra no meio político com a divulgação da famigerada 'lista de Fachin' e das delações da operação Lava Jato que vêm à público pelas mídias, o país se prepara para a realização de uma Greve Geral no dia 28/4. Diferentemente das greves realizadas nos últimos anos, esta se caracteriza por conseguir reunir, depois de décadas, todas as centrais sindicais, articuladas com movimentos sociais, organizações eclesiais e outros setores menos organizados da sociedade, numa frente unificada contra o desmonte que o governo de Temer vem promovendo.

Em um ritmo muito acelerado, que de alguma forma denuncia o desespero do governo, pautas como o desmonte da CLT, terceirização irrestrita e mudanças nas regras de aposentadoria vão sendo conduzidas a toque de caixa, sem o debate público necessário e, sem disfarce, com manobras para reverter derrotas da base governista. Por outro lado, como resultante das pressões populares, o governo recua em suas iniciativas e sofre derrotas em outras pautas, como o projeto Escola sem Partido e a cobrança de taxas e mensalidades nas instituições públicas.

No que concerne às aposentadorias, a última versão da Contrarreforma da Previdência, apresentada na semana passada depois de vários recuos resultantes das pressões sociais, agora focaliza os ataques, antes generalizados, aos servidores públicos, na tentativa de passar a ideia de que estes possuem privilégios. Faz-se necessário, portanto, ampliar a mobilização e manter a unidade para barrar estes ataques.

Já no que concerne às universidades públicas, a crise das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES), fruto do completo abandono pelos respectivos governos estaduais, pode ser entendida como um balão de ensaio para o que pode vir a ocorrer num cenário futuro para as instituições federais. No Rio de Janeiro, docentes da UERJ que estão com salários atrasados desde janeiro recebem uma proposta do governo contendo termos como aumentar a contribuição dos servidores de 11% para 22%, além do congelamento da progressão na carreira, o que, na prática, resultará na pauperização destes trabalhadores. A tarefa que se coloca é a de nos solidarizarmos à luta dos docentes das IEES, tendo em vista que o desmonte da universidade pública e a desvalorização da classe docente é algo inaceitável.

Ainda que a greve do 28/4 não signifique o fim

de uma etapa, mas tão somente um passo a mais na organização da classe trabalhadora na luta pela manutenção de direitos historicamente conquistados, a mobilização social é uma boa notícia diante dos ataques que continuam a ser executados contra os trabalhadores. Precisamos seguir vigilantes quanto aos nossos direitos e mobilizados para reverter e barrar todos estes ataques. É preciso ter clareza de que a classe política que vem tocando estes retrocessos não representam os anseios da sociedade e de que só a luta muda a vida.

O ANDES tem atuado de forma decisiva contra estes ataques, desde o congelamento dos gastos por 20 anos. E tem ciência que mais derrotas podem levar a um quadro de impossível reversão. A ADUFLA também entende que não podemos nos abater, e os docentes em assembleia aprovaram todas as ações propostas pelo coletivo das seções sindicais reunidas em Brasília.

Temos participado ativamente do Fórum Municipal de Lutas com diversos sindicatos da cidade de Lavras, que tem promovido uma série de ações locais, incluindo pressão na Câmara de Vereadores de Lavras, em dois momentos, e manifestações no centro da cidade. Temos usado outdoors para pressionar deputados/as e mobilizar a população, além de realizar pressão direta nos(as) deputados(as) por meio do convite ao Ciclo de Palestras da ADUFLA. Se mais parlamentares ainda não vieram ou marcaram presença é função da sua dificuldade em defender estes ataques promovidos contra os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

É importante ressaltar a brava e valorosa atuação da Professora Giovanna Augusta Torres do DBI como nossa representante no fórum local, e esperamos que este esforço contagie mais docentes na defesa de seus direitos e na luta por um país mais justo.

Portanto, dia 28/4 não é mais dia de discutir e debater. É dia de parar tudo e ir para a rua! Viemos discutindo e debatendo desde a última greve, que embora não tenha conseguido barrar a PEC 55 (do teto dos gastos), vem agora apresentando seus efeitos na crescente mobilização social, na sensibilização de setores sociais cada vez mais amplos, forçando o governo a recuar em seus ataques e ampliando nossa voz em setores que há tempos não recebiam nossas mensagens. Este pode ser o dia do início da reversão da pauta de desmontes que o governo atual quer nos impor. Força na luta, todos e todas às ruas, rumo a greve geral, dia 28/4 vamos parar o país!

-AGENDA ADUFLA -

Ciclo de Palestras sobre e Reforma da Previdência



**Deputado Federal
Reginaldo Lopes (PT-MG)
Dia 5 de maio - 14h
Anfiteatro do Depto.
de Agricultura - UFLA**

- AGENDA ANDES -

Maio

De 04 a 06/5 - Vitória-ES

V Seminário de Estado e Educação do ANDES-SN

Dias 05 e 06/5 - Delmiro Gouveia-AL

53º Encontro da Secretaria Regional Nordeste III do ANDES SN - "Movimento

Docente contra as Reformas: Greve

Geral e Reorganização da

Classe Trabalhadora!"

Dias 12 e 13/05 - Belém-PA

Encontro da regional

PÓS 36º Congresso

"Ações da luta docente contra a

Reforma da Previdência"

Junho

De 12 a 16/06 - Paris-FR

VII Congresso da Union

Syndicale Solidaires

Julho

De 13 a 16/07 - Niteroi-RJ

62º CONAD do ANDES-SN

Tema Central: "Avançar na unidade e reorganização da classe trabalhadora:

em defesa da educação pública e

nenhum direito a menos!"

Expediente

JORNAL DA ADUFLA Informativo da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - SEÇÃO SINDICAL

Dietoria - Gestão 2017 e 2018

Presidente - Francisval de Melo Carvalho - DAE

Vice-presidente - Amanda Castro Oliveira - DEX

1º secretário - Roberto Alves Braga Jr. - DEG

2º secretário - Gustavo Costa de Souza - DAE

1º tesoureiro - Marcelo de Carvalho Alves - DEG

2º tesoureiro - Gustavo Seferian S. Machado - DIR

Conselho Deliberativo

Luiz Antônio de Bastos Andrade - DAG

Giovanna Augusta Torres - DBI

José Monserrat Neto - DCC

Joelma Pereira - DCA

Lizzy Ayra Alcântara Veríssimo - DCA.

Suplentes

Gabriela Cristina Braga Navarro - DIR

Joel Yutaka Sugano - DAE

Campus da UFLA, Lavras -MG, CEP 37200-000 / (35) 3829 1167 | adufila@adufila.ufla.br

Jornalista responsável Adriano Salgado (Jp06962) Tiragem 1.000 exemplares

Fórum Municipal de Lutas reúne forças contra as reformas

O Fórum Municipal de Lutas representa uma frente ampla de mobilização em Lavras contra as propostas de contrarreformas do Governo Federal contidas nas Propostas de Emendas Constitucionais 287/2016 e 300/2016. O movimento teve origem a partir das ações de preparação do ato do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, que teve como temática a Reforma da Previdência. Mulheres dos movimentos sociais e sindicatos, incluindo os dos técnicos-administrativos e docentes da Universidade Federal de Lavras (UFLA), realizaram evento para conscientização da população na Praça Dr. Augusto Silva, no centro da cidade, com exposição audiovisual e panfletagem.

Após este dia 8 de março, o Fórum tomou forma envolvendo oficialmente quatro sindicatos, a ADUFLA-Seção Sindical, o Sind-UFLA, o Sindicato dos Metalúrgicos, o SindUTE e SintsPREV-MG, Empregados do Comércio de Lavras e Região, Rodoviários, Síndagua, Servidores Públicos Municipais, e ainda a Associação dos Pós-Graduando (APG-UFLA), CMPIR, GEDIM e a Pastoral da Saúde. O grupo tem realizado reuniões regulares com adesões gradativas de outras entidades e sindicatos.

Entre as principais ações do fórum, destaque para a realização de ato no dia 15 de março, no qual houve uma grande concentração em frente ao prédio do INSS em Lavras, seguida de passeata pelo centro da cidade até a praça central, com panfletagem no comércio, coleta de assinaturas para petição pública contra a reforma da previdência e ato em frente à empresa da família da deputada federal de Lavras, Dâmina Pereira (PSL), que no dia seguinte publicou nas redes sociais ser contra a reforma da previdência. Essa mobilização foi bastante fortalecida pela adesão dos professores da rede estadual em Lavras à greve liderada pelo SindUTE.

Outra ação de grande importância na mobilização popular foi a criação e manutenção de uma página no Facebook: "Lavras em defesa dos direitos", que inicialmente era denominada Lavras contra Reforma da Previdência.

No período de 18 a 24 de março, foram feitas várias ações de panfletagem, coleta de assinaturas para petição e colocação de cartazes em vários pontos da cidade, como no mercado municipal, praças, comércio e portas de fábricas.

Outra agenda importante foi a participação do Fórum durante sessão ordinária da Câmara Municipal de Lavras, no dia 27 de abril, quando foi lido um manifesto com análise e posicionamento do grupo com relação à Reforma da Previdência. Na ocasião, todos/as os vereadores/as se posicionaram categoricamente contra a reforma, anunciando ainda a realização de uma Audiência Pública para debater a PEC 287 e o envio de um manifesto

formal ao presidente da Câmara dos Deputados contra os termos da proposta. Este mesmo dia também foi marcado pela entrega da petição com as assinaturas coletadas no escritório da deputada Dâmina Pereira.

No dia 31 de março foi realizada uma nova passeata, que mais uma vez foi finalizada com grande ato na praça Dr. Augusto Silva, com carro de som e exibição de vídeos sobre as reformas. Nesse ato, a agenda do Fórum já havia sido ampliada para a luta contra a terceirização e reforma trabalhista.

No dia 5 de abril, representantes do Fórum participaram da Audiência Pública na Câmara Municipal para tratar da reforma da previdência. Integrantes das entidades que integram o movimento puderam se manifestar no sentido de cobrar dos partidos políticos um posicionamento contrário a todas as reformas e não apenas a da previdência.

Paralelamente às ações, o Fórum trabalhou na produção de uma cartilha sobre os temas centrais das mobilizações, como a terceirização, as reformas trabalhista e da previdência, para ser distribuída para a população chamando para a Greve Geral do dia 28 de abril. Também foram veiculados outdoor ao longo do mês de abril, em pontos diferentes da cidade, numa estratégia que seguirá pelo mês de maio.

Outra grande ação foi a realização do seminário As "reformas" de Temer: o que está em jogo para o povo?, no dia 24 de abril, no Salão Paroquial da Matriz, com palestra de Eulália Alvarenga, representante da Auditoria Cidadã da Dívida, e Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, que esteve representando a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social.

O Fórum trabalhou também na construção da Greve Geral no dia 28 de abril em sintonia com o movimento nacional liderado pelas Centrais Sindicais, contra a reforma da previdência, trabalhista e terceirização.

O dia 28 deverá ser marcado pela manifestação unificada de diversas categorias de trabalhadores(as) e de estudantes, com previsão de paralisação total de algumas atividades.

Para o dia do trabalhador o Fórum também planejou as atividades públicas que denunciaram os ataques do governo aos direitos básicos da população que fazem parte a proposta de reforma trabalhista e que evidenciem a necessidade urgente de a classe trabalhadora se unir e resistir.

O Fórum Municipal de Lutas tornou-se um movimento permanente de enfrentamento ante os ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e da própria população, atuando diretamente nas bases como forma de tornar público o avanço de políticas que privilegiam o capital em detrimento dos direitos constitucionais conquistados ao longo de décadas de luta.



O que mudou na PEC da Reforma da Previdência

REGIME GERAL

65 anos de idade para homens e mulheres, com 25 anos de contribuição. 51% da média das contribuições mais 1% por ano de contribuição, até 100%. Aumento da idade mínima em razão do aumento da expectativa de sobrevida.

65 anos de idade para homens, 62 anos para mulheres e 25 anos de contribuição. 70% da média das contribuições mais 1,5% para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição, 2% para cada ano que superar 30 anos e 2,5%, para cada ano que superar 35 anos, até 100%. Aumento da idade em razão da expectativa de vida será estabelecida por lei.

APOSENTADORIA RURAL

Aposentadoria aos 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição. Contribuição sobre o salário mínimo com alíquota favorecida. -Contribuição sobre o salário mínimo deveria ser regulamentada em 12 meses.

Aposentadoria aos 60 anos de idade e 20 anos de contribuição. Contribuição sobre o salário mínimo com alíquota tão ou mais favorecida que a do trabalhador urbano de baixa renda. Contribuição sobre o salário mínimo deve ser regulamentada em 24 meses, continuando válida a contribuição sobre a produção por esse período. Na transição, a idade aumentará um ano a cada dois anos, até atingir 60 anos.

PROFESSORES E POLICIAIS

Professores: 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, valor calculado a partir de 51% mais 1% por ano de contribuição, transição no regime próprio (servidores públicos) e no regime geral (iniciativa privada) igual a dos demais segurados, apenas garantindo-se cinco anos de diferença na exigência do tempo de contribuição.

Policiais: 65 anos de idade e 25 anos de contribuição, com valor do benefício calculado pela regra geral e transição igual a dos servidores públicos, com redução de cinco anos na exigência de idade e de cinco anos no tempo de contribuição.

Professores: 60 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição, com valor do benefício igual à regra geral dos servidores públicos ou empregados privados.

Policiais: 60 anos de idade, 25 anos de tempo de contribuição e 20 anos em atividade de risco na respectiva categoria e valor do benefício igual à regra geral dos servidores públicos.

APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS

Aposentadoria aos 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição. Valor do benefício igual a 51% da média + 1% por ano de tempo de contribuição, até 100%. Possibilidade de contratação de entidade aberta de previdência complementar.

Aposentadoria aos 65 anos para homem e 62 anos para mulher, com 25 anos de tempo de contribuição. Valor do benefício igual a 70% da média mais 1,5% para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição, 2% para o que superar 30 anos e 2,5% para o que superar 35 anos, até 100%. Possibilidade de contratação de entidade aberta de previdência complementar, desde que por licitação.

BENEFÍCIOS DA PRESTAÇÃO CONTINUADA

Desvinculação do salário mínimo. Pessoa com deficiência em grau a ser definido em lei e idoso com mais de 70 anos. Aumento da idade com o aumento da expectativa de sobrevida do brasileiro. Renda familiar mensal per capita para definir quem estaria apto a receber o benefício.

Vinculação ao salário mínimo. Pessoa com deficiência e idoso com mais de 68 anos. Aumento da idade com o aumento da expectativa de sobrevida do brasileiro. Renda familiar mensal per capita para definir quem estaria apto a receber o benefício, excluindo Bolsa Família, estágio supervisionado ou programa de aprendizagem. Idade subirá de 65 a 68 anos a partir de janeiro 2020, em um ano a cada dois anos.

TRANSIÇÃO NO REGIME GERAL

Mulheres a partir de 45 anos de idade e homens a partir de 50 anos teriam direito à transição. 50% de pedágio sobre o tempo que faltasse para a aposentadoria. Quem não estava na transição era obrigado a aposentar-se com mínimo de 65 anos.

Todos trabalhadores que já contribuem para o INSS entram na transição. 30% de pedágio sobre o tempo que falta para a aposentadoria. Idade mínima de 53 anos para mulheres e 55 anos homens, mesmo que já tenha atingido o tempo de contribuição e o pedágio. -Essa idade vai subir em 11 meses a cada dois anos para mulheres e em um ano a cada dois anos para homens. -Aumento de 11 meses a cada dois anos para a mulher e de 1 ano a cada dois anos para o homem, a partir de janeiro de 2020, parando de crescer para o segurado na data em que ele cumpre o pedágio. Aumento da idade em razão da expectativa de vida será estabelecida por lei.

APOSENTADORIAS ESPECIAIS

Atividades prejudiciais à saúde: redução de até 10 anos na idade e até cinco anos no tempo de contribuição, valor equivalente a 51% mais 1% por ano de contribuição e vedação de categorização por categoria profissional ou ocupação. pessoa com deficiência: redução de até 10 anos na idade e até cinco anos no tempo de contribuição e valor equivalente a 51% mais 1% por ano de contribuição.

Atividades prejudiciais à saúde: redução de até 10 anos na idade e até cinco anos no tempo de contribuição, valor calculado com 70% da média mais 1,5% para cada ano que superar o limite mínimo estabelecido em lei para o tempo de contribuição, 2%, para o que superar o limite mínimo em cinco anos e 2,5% para o que superar o mínimo em 10 anos, até 100%, vedação de categorização por categoria profissional ou ocupação e transição sem idade mínima, aos 15, 20 ou 25 anos de tempo de contribuição. -Pessoa com deficiência: sem limite de redução de idade e de tempo de contribuição, valor definido em 100% da média e transição sem idade mínima, aos 35, 25 ou 20 anos de contribuição, conforme a deficiência.

PENSÕES

Desvinculação da pensão ao salário mínimo. Cota familiar de 50% + 10% por dependente. -impossibilidade de acumular pensão e aposentadoria, podendo-se optar pelo benefício maior. -Proibição de acumular pensão e aposentadoria somente às pensões decorrentes de óbitos e aposentadorias depois da emenda.

Vinculação da pensão ao salário mínimo. Cota familiar de 50% + 10% por dependente. Possibilidade de acumular aposentadoria e pensão até dois salários mínimos. Nos demais casos, opção de escolher o benefício maior. Assegura o direito adquirido de acumular pensão e aposentadoria para quem já recebe ou cujo segurado já morreu. Mantém a possibilidade de acumular para pensionistas que, embora não tenham se aposentado, já tenham direito adquirido à aposentadoria.

TRANSIÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Mulheres a partir de 45 anos de idade e homens a partir de 50 anos teriam direito à transição. Esses grupos teriam 50% de pedágio sobre o tempo que faltasse para a aposentadoria. Idade mínima de 55 anos para mulher e 60 anos para homem. Paridade e integralidade mantidas para os que ingressaram antes da PEC 41/2003 e 100% da média para os que ingressaram depois. Limitação ao teto do regime geral apenas para os que entraram após instituição da previdência complementar.

Sem corte de idade para entrar na transição. 30% de pedágio sobre o que falta para cumprir 30 anos de contribuição para mulher, ou 35 anos para homem. Idade mínima de 55 anos para mulher e 60 anos para homem, com aumento de 10 meses (mulher) e um ano (homem) a cada dois anos, a partir de janeiro de 2020, parando de crescer para o segurado na data em que cumpre o pedágio. Valor do benefício: para quem entrou antes da PEC 41/2003 e aposenta-se aos 62 anos (mulher) e 65 anos (homem), recebe integralidade e paridade - caso não aguarde tal idade, 100% da média. Para quem entrou após a PEC, 70% da média mais 1,5% para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição, 2%, para o que superar 30 anos, e 2,5%, para o que superar 35, até 100%. Limitação ao teto do trabalhador privado apenas para os que entraram após previdência complementar.

Como o governo queria 
Como está 

Ciclo de Palestras sobre a Reforma da Previdência

ADUFLA promove debates com parlamentares sobre a PEC 287



Deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG)



Deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG)

Como forma de ampliar o debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional 287, a PEC da Previdência, a ADUFLA iniciou no mês de março um ciclo de palestras com a presença de parlamentares convidados para discutir os termos da proposta com a comunidade. O objetivo principal da ação é atuar diretamente junto aos parlamentares para que estes votem contra o texto em discussão no Governo Federal que acaba com uma série de direitos constitucionais dos trabalhadores e trabalhadores brasileiros que garantem uma justa aposentadoria após anos de trabalho e de contribuição.

Para tal, foram feitos convites a uma série de parlamentares de destacada atuação na região de Lavras para tratar da questão, entre eles a representante local do município na Câmara Federal, Dâmina Pereira (PSL), os deputados Carlos Meles (DEM), Domingos Sávio (PSDB), Reginaldo Lopes (PT), Margarida Salomão (PT) e Jô Moraes (PCdoB), além do senador Antônio Anastasia (PSDB).

Destes, as deputadas Jô Moraes e Margarida Salomão responderam de imediato ao convite, participando nos dias 20 e 27 de março, respectivamente, das primeiras edições do evento, enquanto o deputado Reginaldo Lopes tem confirmada a sua presença no dia 5 de maio. Os demais ainda não responderam ou não confirmaram a participação.

Deputada Jô Moraes

Na abertura dos debates, a deputada Jô Moraes conclamou as categorias a pensar e agir no sentido de mobilizar o maior contingente possível de pessoas para barrar a reforma da Previdência. Para ela, a questão não diz respeito apenas à Previdência, mas “à perspectiva humana que queremos construir e para a qual é prioritária a partici-

pação da sociedade. Qual a perspectiva de luta? Ainda não temos, mas precisamos conversar sobre ela”, ponderou.

A parlamentar falou da iniciativa de ir para praças, discutir a questão, e o temor manifesto por populares diante da proposta em todos os momentos das interações. “A população está com medo; muitas pessoas sabem que o risco é iminente, então é preciso recuperar nelas esta vontade de participar para mudar. Porque há um desmonte do Estado de bem-estar social onde a reforma da Previdência é item, assim como o desmonte da própria Previdência e do Direito Previdenciário”.

A parlamentar alertou tratar-se de um projeto maior o que ora se viabiliza: “É preciso entender a conjuntura nacional e mundial sobre o prisma do aprofundamento dos mecanismos do capitalismo em crise e que lança mão dessas estratégias para compensar as perdas nesta profunda crise sistêmica. Estratégia que no Brasil foi deflagrada com a ruptura democrática, seguida de uma reforma fiscal feita a toque de caixa, estabelecendo o congelamento dos investimentos do Estado Brasileiro por 20 anos e que nos coloca reféns da dívida pública, do mercado. E não há economia no mundo que consiga se desenvolver sem a incorporação do Estado”, ponderou

A busca de formas articuladas de resistência tem movimentado as entidades representativas dos docentes e também os estudantes, conforme os pronunciamentos havidos ao longo do evento. O presidente da Adufla, professor Francisval Carvalho destacou que a entidade está completando 50 anos. Uma conquista que deveria ser comemorada, mas diante da crise, das perspectivas de perdas de direitos e conquistas, os docentes deliberaram por resistir e lutar. “Este é um ano difícil para a classe trabalhadora que está lutando e resistindo. Fizemos convites para vários parlamentares, a

deputada Jô Moraes foi a primeira a aceitar vir aqui e discutir conosco esta reforma que só conseguiremos derrotar se reagirmos. Se formos para a luta e a resistência”, afirmou.

“O problema central hoje é que não se leva o povo para as ruas. O que motiva o povo a ir para as ruas? É muito importante recuperar a vontade de participar da multidão. A reforma da Previdência está aí e é uma ameaça concreta na vida da população. Mas acredito que ainda são poucos aqueles que irão para as ruas”, avaliou.

Deputada Margarida Salomão

A deputada federal Margarida Salomão (PT-MG) foi a convidada da segunda-feira, 27 de março, do Ciclo de Palestra sobre a Reforma da Previdência, evento promovido pela ADUFLA - Seção Sindical com o objetivo de debater com a comunidade os efeitos da Proposta de Emenda Constitucional 287/16, a PEC da Previdência.

A deputada abriu a sua explanação fazendo uma análise das mudanças políticas e econômicas verificadas no mundo nas últimas décadas, que servem de base para o avanço do movimentos de direita que predominam atualmente nos países democráticos e que geram um retrocesso nas políticas desenvolvimentistas mundo afora.

Margarida Salomão analisou em seguida um a um os pontos da contrarreforma da Previdência e reafirmou a tese de que a proposta do Governo Federal nada mais é do que um instrumento de aniquilação do direito do povo brasileiro às políticas de bem estar social, extirpando o acesso dos trabalhadores à uma aposentadoria pública digna.

A deputada, no entanto, acredita que os movimentos sociais que afloram tanto nas grandes cidades quanto no redutos eleitorais mais remotos do país, caso se mantenham ativos, sejam capazes de barrar a aprovação da proposta no Congresso

ADUFLA 50 ANOS

Entrevista com Prof^o João Márcio de Carvalho Rios

Integrante da primeira diretoria da ASPESAL, o professor relembra passagens que marcaram a criação da entidade

A década de 1960 ficou marcada na história da Universidade Federal de Lavras como período de grandes transformações, num capítulo à parte na trajetória da instituição. Naquela época, a então Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), passava por enormes dificuldades financeiras e que chegaram ao seu ápice em 1962, ano em que o Instituto Gammon, mantenedora da instituição, chegou a anunciar o fechamento da escola.

Entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960, os problemas eram notórios em razão da crise financeira. Os alunos da ESAL se organizavam na busca de melhorias na qualidade de ensino junto à direção, formando inclusive uma comissão conhecida como o “Grupo dos 12”, criada para defender suas reivindicações. Era um período de incertezas e luta pela sobrevivência da escola.

Em 1963, após mobilização da comunidade acadêmica, da população, de lideranças políticas locais, estaduais e nacionais, a ESAL acabou se federalizando após a vinda de um assessor do Ministério da Agricultura, Heldes de Souza Leão Pinto, que, curiosamente ao chegar à cidade com uma portaria para encerrar as atividades da escola, se impressionou com o potencial da instituição e acabou por indicar a transformação da mesma em uma unidade federal de ensino superior ao invés de fechá-la. A instituição, que na época contava com um curso superior de Agronomia e um de técnico em Agricultura, receberia ainda o apoio do Governo do Estado e de algumas entidades, entre elas o Instituto Brasileiro de Café (IBC).

União

Os remanescentes daquela turma de estudantes que permaneceram na ESAL como docentes, juntando-se aos demais funcionários, tiveram que enfrentar outro grande desafio após a federalização, que foi trabalhar por dois anos sem remuneração devido a falta de recursos que persistia pelo fato de a ESAL não ser ainda uma unidade orçamentária do MEC, já que era necessária a aprovação de um Projeto de Lei no Congresso Nacional para que a instituição passasse a receber recursos da União, o que aconteceu somente em dezembro 1965, quando os salários voltaram a ser pagos.

Foram anos de dificuldades nos quais os servidores sobreviveram graças às anotações em cadernetas no comércio local e empréstimos bancários, acumulando dívidas que muitos levaram anos para sanar. A escola não possuía recursos, faltavam produtos e equipamentos básicos para o funcionamento ideal da instituição. Os professores, técnicos e os próprios estudantes enfrentavam as dificulda-



Professor João Márcio: testemunha viva da criação da ASPESAL, em dezembro de 1967

des cada qual à sua maneira e isso fortalecia ainda mais a união entre todos que empreenderam enormes sacrifícios em nome da instituição.

Criação da ASPESAL

Em meio a esse espírito de comprometimento, nas rodas de conversa que aconteciam pelo campus histórico, onde naquela época funcionava a ESAL, e, principalmente, pela amizade que se construiu em meio às dificuldades foi que surgiu a ideia de se criar uma associação dos docentes da instituição, nascendo naquele momento a Associação dos Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras, ou, simplesmente, ASPESAL.

Entre tantos que se dedicaram ao projeto, destaque para os professores Tarley Fantazinni (*in memoriam*) e Luiz Carlos Gonçalves Costa, que tomaram à frente dos preparativos para a criação da nova entidade, que se formalizou após reunião realizada em 11 de dezembro de 1967 para definir os integrantes da primeira diretoria, que teve o próprio Tarley como presidente e o professor João Márcio de Carvalho Rios como vice-presidente.

Natural de Lavras, João Márcio ingressou na ESAL em 1958, formou-se em 1961 e se integrou ao corpo docente no ano seguinte, acompanhando de perto todo o processo de federalização da instituição. “Era um período de renascimento da ESAL. A escola era uma referência no país em qualidade de ensino, mas passava por um período de enormes dificuldades e isso era visível, daí o esforço de todos

para tentar resgatar a instituição. Isso fez surgir um grupo unido de profissionais que lutava pela melhoria da escola. Deste grupo surgiu mais tarde a ideia de se criar a associação, que nasceu, sobretudo, com um caráter social, de confraternizações entre os participantes, mas que teria também a função de representar os professores”, lembra João Márcio.

Após um período afastado de Lavras e da própria ASPESAL, a partir do final dos anos 1960, João Márcio retornou à ESAL na segunda metade da década de 1970, sendo inclusive diretor da instituição, período em que teve participação decisiva para viabilizar a criação do Clube de Campo da associação, em 1979, durante a gestão do saudoso professor Eufêmio Steiner Gomes Juste Júnior, então presidente da entidade.

João Márcio destaca a importância da criação da ASPESAL como ponto de partida para o fortalecimento da classe docente dentro da universidade. “A ASPESAL foi o embrião do que hoje é a ADUFLA, uma seção sindical que atua em prol dos seus associados, da classe docente, coisa que não existia naquela época de regime militar. Ela nasceu dentro de uma escola cujo cerne é a agronomia, foi uma semente plantada no campus de uma escola tradicional da área agrícola, germinou, cresceu, foi bem tratada, desenvolveu-se e se transformou. Hoje tem uma importância muito grande dentro da instituição, com grandes conquistas ao longo de sua história, desempenhando o seu papel em defesa dos interesses de toda a categoria docente”, definiu João Márcio de Carvalho Rios.